

(Des)Ordem Mundial

“com Características Chinesas”

– um Mundo Seguro para a Autocracia

Luis Tomé

Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa. Diretor do Departamento de Relações Internacionais e do OBSERVARE. Investigador Integrado no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA).

Resumo

Este artigo tem por objetivos descortinar de que forma a China vem promovendo uma ordem internacional alternativa à ordem liberal, entender as propostas e ideias chinesas, e analisar os impactos resultantes disso na ordem mundial existente. O argumento central é que a “ordem com características chinesas” tem muitas contradições e a sua promoção por Pequim tem resultado em mais desordem e num mundo mais seguro para as autocracias. O texto divide-se em três partes. Na primeira, apresentam-se as ambições da China ressurgente e a tentativa de criar uma ordem sino-cêntrica, incluindo a

visão inscrita na Comunidade Global de Futuro Partilhado e nas Iniciativas Faixa e Rota, de Desenvolvimento Global, de Segurança Global e de Civilização Global. A segunda perscruta os sucessos, as insuficiências e as contradições entre o discurso e as ações da República Popular da China (RPC) na contestação da ordem liberal e promoção de um novo modelo de governação global. E na terceira discutimos os elementos constitutivos da “ordem com características chinesas” e os seus impactos na ordem mundial.

Palavras-chave: China; Xi Jinping; Ordem Mundial; Ordem Internacional; Ordem Liberal; Autocracia.

Abstract

World (Dis)Order “with Chinese Characteristics” – a Safe World for Autocracy

This article aims to reveal how China has been promoting an alternative international order to the liberal order, to understand Chinese proposals and ideas, and to analyze the resulting impacts on the existing world order. The central argument is that the “order with Chinese characteristics” has many contradictions and its promotion by Beijing has resulted in more disorder and a safer world for autocracies. The text is divided into three parts. The first presents the ambitions of a resurgent China and the

attempt to create a Sino-centric order, including the vision enshrined in the Global Community of Shared Future and the Belt and Road, Global Development, Global Security, and Global Civilization Initiatives. The second looks at the successes, shortcomings and contradictions between the PRC’s discourse and actions in challenging the liberal order and promoting a new model of global governance. In the third section, we discuss the constitutive elements of the “order with Chinese characteristics” and its impact on the world order.

Keywords: China; Xi Jinping; World Order; International Order; Liberal Order; Autocracy.

Artigo recebido: 07.12.2023

Aprovado: 09.12.2023

<https://doi.org/10.47906/ND2023.166.05>

Introdução

O presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos justificava, em 1917, o objetivo de “tornar o mundo seguro para a democracia” (Wilson, 1917) e, no início do ano seguinte, enunciava os seus “14 pontos” onde prescrevia uma ordem mundial pós-Grande Guerra cujas linhas orientadoras constituem a primeira tentativa de construir uma “ordem liberal”. A ordem internacional liberal, todavia, só se mundializou sete décadas depois, após o fim da “dupla Guerra Fria” entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética e entre as grandes potências comunistas, URSS e República Popular da China (Tomé, 2021c). Paradoxalmente, a China comunista é a grande beneficiária, pois foi no quadro desta “nova ordem mundial” liberal que a China fez crescer exponencialmente o seu “poder nacional abrangente” e expandiu a sua influência por todo o mundo, tornando-se uma verdadeira superpotência. Neste processo, Pequim passou abertamente a desafiar a supremacia dos EUA e a contestar pilares cruciais da ordem liberal, fazendo avançar a sua agenda e uma visão alternativa de governação global, levando a crescentes tensões e à competição geopolítica com os EUA e alguns dos seus aliados e parceiros na Europa e na Ásia/Indo-Pacífico.

Para Pequim, sob a liderança de Xi Jinping, tanto o socialismo chinês como o mundo entraram numa “nova era”, com a China a atingir “uma posição de liderança em termos de força económica e tecnológica, capacidades de defesa, e força nacional composta” e a oferecer “uma nova opção para outros países e nações” (Xi, 2017). Assumidamente, o grande objetivo do Partido Comunista da China (PCC) e da RPC é, nas palavras de Xi, “construir um socialismo superior ao capitalismo, e lançar as bases para um futuro onde ganharemos a iniciativa e teremos a posição dominante” (*Ibid.*). Paralelamente, no meio de “grandes mudanças que não se viam há um século” e num “período de oportunidade estratégica” para a China, Xi propõe um “novo tipo de relações internacionais”, pretendendo “assumir a liderança na reforma e desenvolvimento do sistema de governação global” (*Ibid.*) com base na visão de “uma comunidade global de futuro partilhado” (Xi, 2019; PRC, 2023c).

Para os EUA, “A China é o único competidor que tem a intenção de remodelar a ordem internacional e com crescente poder económico, diplomático, militar e tecnológico para o fazer” (The White House, 2022: 23). Também na perspetiva da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (2023), o “objetivo claro do Partido Comunista da China é uma mudança sistémica da ordem internacional, com a China no seu centro”. Sintomático, para o governo da Austrália, “O nosso parceiro Aliado, Estados Unidos, já não é o líder unipolar do Indo-Pacífico. A intensa competição entre a China e os Estados Unidos é a característica definidora da nossa região e do nosso tempo” (Australian Government, 2023: 23). E segundo o secretário de Estado americano Antony Blinken (2023), “o que estamos a viver agora é mais do que um teste à ordem pós-Guerra Fria. É o seu fim.”.

Num contexto de competição geopolítica e de transformação da ordem mundial, este artigo tem por objetivos descortinar de que forma a China vem promovendo uma ordem internacional alternativa à ordem liberal, entender as propostas e ideias chinesas, e analisar os impactos resultantes disso na ordem mundial existente. O argumento central é que a “ordem com características chinesas” tem muitos elementos contraditórios, e que a sua promoção por Pequim tem resultado em mais desordem e num mundo mais seguro para as autocracias.

Com base na análise dos discursos e das ações do regime chinês, o texto divide-se em três partes. Na primeira, apresentam-se as ambições da China ressurgente e a tentativa de criar uma ordem sino-cêntrica, incluindo a visão inscrita na Comunidade Global de Futuro Partilhado e nas Iniciativas Faixa e Rota, de Desenvolvimento Global, de Segurança Global e de Civilização Global. A segunda perscruta os sucessos, as insuficiências e as contradições entre o discurso e as ações da RPC na contestação da ordem liberal e promoção de um novo modelo de governação global. E na terceira discutimos os elementos constitutivos da “ordem com características chinesas” e os seus impactos na ordem mundial.

Antes, importa aqui clarificar a noção operacional de “ordem internacional” e a distinção entre “ordem internacional” e “ordem mundial”. Conforme desenvolvido noutra obra nossa (Tomé, 2021c), a “ordem internacional” tenta atenuar o carácter anárquico do sistema internacional e o recurso à violência, limita a dependência exclusiva dos jogos de poder e proporciona um certo tipo de autoridade, regulação e estabilidade na convivência entre atores, caracterizando-se por um determinado padrão proeminente de ideias, princípios, valores, interesses, regras, instituições, comportamentos e interações, tendo, portanto, elementos constitutivos que distinguem uma ordem internacional de outra. Assim, uma ordem internacional pode existir e/ou ser referenciada em função da estrutura de poder, mas é muito mais do que isso. Quando a ordem internacional abrange o espaço-mundo e todos os atores principais, transforma-se em “ordem mundial”. Dito de outro modo, a ordem mundial pode incluir várias e distintas ordens internacionais, mas uma ordem internacional só se torna mundial se e quando alargada à escala planetária. Esta distinção é relevante porque um dos nossos argumentos é que a “ordem com características chinesas” vem sendo construída por oposição à “ordem internacional liberal” mundializada, coexistindo hoje ambas numa ordem mundial em transformação.

1. “Nova Era”, “Comunidade Global de Futuro Partilhado” e Quatro Iniciativas

Desde o final dos anos 1970, sob a liderança de Deng Xiaoping, a RPC abandonou a ortodoxia ideológica para adotar princípios de liberalismo económico, introduzindo gradualmente mecanismos de mercado, implementando as “quatro modernizações”,

criando “zonas económicas especiais”, enunciando o princípio “um País, dois Sistemas”, e abrindo e internacionalizando o País e a sua economia, o que originou um impressionante crescimento económico e uma nova China. Esse rumo e a ressurgência da RPC aceleraram desde o início dos anos 1990, com o regime chinês a revelar uma invulgar capacidade de conciliar autoritarismo político e liberalismo económico e, por outro lado, de adaptação a, e aproveitamento da nova ordem mundial pós-Guerra Fria marcada pela aceleração da globalização e a expansão da “ordem liberal”. Foi neste contexto, e com base na sua portentosa economia, que a China fez aumentar resolutamente o seu poder em todas as outras dimensões, da defesa à tecnologia e à diplomacia.

Com a subida de Xi Jinping ao poder – em novembro de 2012, como secretário-geral do Partido Comunista da China (PCC) e presidente do Comité Militar Central do Partido e, em março de 2013, como presidente da RPC e presidente do Comité Militar Central Estatal –, Pequim mostra uma nova face, em múltiplos sentidos: regresso à ortodoxia ideológica centrada no “papel orientador do Marxismo no domínio ideológico”, no autoelogio do “papel dirigente” do PCC e dos feitos alcançados pelo Partido, na glorificação da “democracia com características chinesas” e na promoção do “modelo chinês”; maior autoconfiança no poder da China e no declínio dos EUA e do Ocidente; novas ambições expressas em torno de fórmulas-chave como “Nova Era” e “Sonho Chinês de rejuvenescimento” ou nas referências à posição “liderante” e “dominante” da China; e uma postura muito mais assertiva e confrontacional na defesa e promoção dos interesses e perspectivas do PCC e da China – significando também o abandono do *low profile* inerente à “doutrina dos 24 caracteres” que vinha desde Deng Xiaoping e a sua substituição por uma postura de *wolf-warrior* – ver, p. ex.: Tomé (2021b), Zhinqun (2021) e Koda (2021). A fórmula “ousar lutar” passou a constar na codificação da política externa e de segurança da China, e Xi (2017) afirma sem ambiguidades que “está na altura de assumirmos um papel central no mundo”. Numa lógica de continuidade histórica, o “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” impôs-se com um dos “guias de ação” inscritos nas Constituições do PCC e da RPC, a par do “Marxismo-Leninismo”, do “Pensamento de Mao Zedong”, da “Teoria de Deng Xiaoping”, da “Teoria das Três Representações” de Jiang Zemin e da “Perspetiva Científica sobre o Desenvolvimento” de Hu Jintao (Tomé, 2023b). A “grande estratégia” de Xi para a “Nova Era” foi delineada em duas etapas temporais simbólicas ou “dois Centenários”, i.e., o da criação do Partido Comunista da China, em 2021, e o da proclamação da República Popular da China, em 2049, para cada um deles fixando objetivos estratégicos: até 2021, completar a construção de uma “sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos”; até 2049, construir um “país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso”. E entre os “dois Centenários”, Xi delineou objetivos intermédios concretos. De 2021 a 2035, a China deve atingir

“basicamente” os patamares iniciais de um “grande país socialista moderno”, continuando o desenvolvimento económico a ser a “tarefa central”; a RPC procurará também melhorar a sua condição de “Estado de Direito” e os sistemas de governação internos, tonar-se “líder global em inovação”, completar “basicamente” a sua modernização militar, desenvolver uma “diplomacia de grande potência com características chinesas” e “aproximar-se do centro do palco mundial”. Na segunda fase, de 2035 a 2049, a China de Xi espera “completar” a sua “modernização socialista”, alcançar o “rejuvenescimento nacional”, dispor de umas Forças Armadas de “classe mundial” e ter uma posição de “liderança” e “dominante” numa ordem mundial reformulada de acordo com a visão de uma “Comunidade Global de Futuro Partilhado”.

A conjugação da ressurgência chinesa com as incoerências dos principais promotores e garantes da ordem liberal – designadamente, EUA e seus aliados europeus –, o retrocesso democrático e o avanço dos autoritarismos a nível global, e a perceção de declínio dos EUA e do Ocidente, contribuíram para uma China mais ousada na contestação do que apelida repetidamente de “unipolaridade”, “hegemonismo”, “mentalidade de Guerra Fria”, “sistema americano de alianças” e “sistema de valores americano” (Tomé, 2021b). Nessa linha estão também as permanentes críticas à NATO e as acusações aos EUA de quererem criar uma “NATO Asiática”, por exemplo, através do QUAD¹ ou do AUKUS². Com efeito, a China tem procurado deslocar os Estados Unidos das ordens regional e global, através do que Rush Doshi (2021) descreve como três “estratégias de deslocação” sequenciais: a primeira procurou enfraquecer a ordem americana a nível regional, a segunda procurou construir uma ordem chinesa regional, e a terceira procura agora fazer as duas coisas a nível global. E para Xi (2021a), “o tempo e a dinâmica estão do nosso lado”.

Pequim estabelece uma “distinção entre três elementos da ‘ordem mundial liderada pelos EUA’”: o “sistema de valores americano”, o “sistema de alianças militares dos EUA”; e “as instituições internacionais, incluindo o sistema das Nações Unidas”, conforme expresso pela presidente da Comissão dos Assuntos Externos da Assembleia Nacional Popular Chinesa (Yíng, 2016). E rejeita abertamente os dois primeiros em favor do terceiro: “existe apenas um sistema internacional” disse o presidente Xi na 76.ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas, em setembro de 2021, “ou seja, o sistema internacional com as Nações Unidas no seu centro. Existe apenas uma ordem internacional, ou seja, a ordem internacional sustentada pelo direito internacional. E existe apenas um conjunto de regras, ou seja, as normas básicas que regem as relações internacionais sustentadas pelos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas” (Xi, 2021b).

1 Diálogo de Segurança Quadrilateral entre Estados Unidos, Austrália, Japão e Índia.

2 Aliança militar tripartida entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos.

A China tem procurado demonstrar coerência prática com a retórica de centralidade da ONU. Tornou-se o segundo maior contribuinte para o orçamento regular da ONU e gere o seu próprio Fundo Fiduciário para a Paz e o Desenvolvimento, no valor de 200 milhões USD, diretamente dependente do secretário-geral da ONU. E passou a ser o maior contribuinte de *peacekeepers* entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), enviando ao longo das últimas três décadas mais de 50.000 efetivos militares para missões de paz da ONU em mais de 20 países e regiões. Paralelamente, tem aprofundado a cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – onde, atualmente, tem 43 itens inscritos nas listas do património cultural imaterial – e a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. E chineses ocupam altos escalões do “universo ONUiano”, em cargos como o de subsecretário-geral para os Assuntos Económicos e Sociais (ECOSOC) e o de diretor-geral da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

No processo de contestação da “ordem mundial liderada pelos EUA” e de reformulação do sistema de governação global, a China de Xi tem sido particularmente ativa na implementação do que temos caracterizado como “estratégia de duas pernas” (Tomé, 2021b). Por um lado, atua numa espécie de “revisionismo por dentro” da ONU e suas agências e outros organismos internacionais – da Organização Mundial do Comércio ao G20, da APEC ao FMI ou à Iniciativa de Segurança dos Contentores – onde está e entrou pela mão do “Ocidente”. Por outro, promove uma “ordem sem o Ocidente” e sino-cêntrica através de inúmeros mecanismos de diálogo e cooperação bilateral e multilateral. Destes, destacam-se a “parceria estratégica abrangente para a Nova Era” com a Rússia de Putin, entre outras muitas e diversas “parcerias”; certos “Triângulos Estratégicos” – China-Rússia-Índia, China-Japão-Coreia do Sul, China-Rússia-Paquistão, China-Paquistão-Turquia, etc.; grupos como o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e o seu Novo Banco de Desenvolvimento; organizações como a Organização de Cooperação de Xangai (SCO); e uma série de outros quadros de diálogo como a Cimeira China-África e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o Fórum de Cooperação China-Estados Árabes, o Fórum China-Comunidade dos Estados da América Latina e Caraíbas (CEALAC), o Fórum de Desenvolvimento Económico e Cooperação China-Países das Ilhas do Pacífico, o Fórum Boao para a Ásia, a Conferência sobre Diálogo das Civilizações, a Conferência Mundial da Internet, o Fórum Macau com os Países de Língua Portuguesa ou o China+17 países da Europa Central e Oriental e Grécia – este reduzido, entretanto, para “14+1” com a saída da Estónia, Letónia e Lituânia³.

3 Neste “clube” lançado por Pequim, em 2012, permanecem nove dos 27 UE – Bulgária, Croácia, Chéquia, Eslováquia, Eslovénia, Grécia, Hungria, Polónia e Roménia –, e outros cinco não-membros da UE: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedónia do Norte e Sérvia.

A estes acrescem os acordos de comércio livre e de investimento firmados ou a ser negociados com dezenas de países e organizações de todo o mundo – ver PRC, Ministry of Commerce –, com saliência para o *Asia-Pacific Trade Agreement* (APTA)⁴, os Acordos de Comércio Livre com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁵ e com o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)⁶, o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP) – maior área de comércio livre do mundo estabelecida, em novembro de 2020, pela China e outros 14 países da Ásia-Pacífico⁷ – e o Acordo Global de Investimento (AGI/CAI) com a União Europeia⁸. Entretanto, em setembro de 2021, a China, formalizou a sua candidatura à Parceria Trans-Pacífico Abrangente e Progressiva (CPTPP)⁹, estabelecida, em 2016, e de onde o presidente Trump retirou os EUA, em 2017.

Paralelamente, Pequim vem promovendo a proposta ideacional de “Comunidade Global de Futuro Partilhado” exposta por Xi, pela primeira vez, quando discursou no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscovo, em 2013, e que desenvolveu e aprofundou depois. No seu discurso no debate geral da 70.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015, o presidente chinês articulou a “proposta de cinco pontos”: criar parcerias em que os países se tratem como iguais, procedam a consultas alargadas e reforcem a compreensão mútua; criar um ambiente de segurança que seja justo, equitativo, com esforços conjuntos e interesses partilhados; promover um desenvolvimento aberto, inovador e inclusivo que beneficie todos; aumentar os intercâmbios inter-civilizacionais para promover a harmonia, a inclusão e o respeito pelas diferenças; e construir um ecossistema que coloque a Mãe Natureza e o desenvolvimento ecológico em primeiro lugar. Em 2017, no Gabinete das Nações Unidas em Genebra, Xi avançou com “cinco objetivos” para o mundo: construir um mundo de paz duradoura através do diálogo e da consulta; construir um mundo de segurança comum para todos através de esforços conjuntos; construir um mundo de prosperidade comum através de uma cooperação vantajosa para todos; construir um mundo aberto e inclusivo através do intercâmbio e da aprendizagem mútua; tornar o nosso mundo limpo e belo, prosseguindo um desenvolvimento ecológico e com baixas emissões de carbono.

Da “proposta de cinco pontos” aos “cinco objetivos”, na retórica do regime chinês, “Construir uma comunidade global de futuro partilhado é procurar a abertura, a

4 APTA: Bangladesh, China, Coreia do Sul, Índia, Laos, Mongólia e Sri Lanka.

5 ASEAN: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietname.

6 CCG: Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã, Qatar e Kuwait.

7 RCEP: 10 países da ASEAN e Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

8 O AGI/CAI UE-China foi assinado em dezembro de 2020, mas não foi ainda ratificado e, portanto, não está em vigor.

9 CPTPP: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietname e, desde 2023, também o Reino Unido.

inclusão, o benefício mútuo, a equidade e a justiça», acrescentando que essa visão “está do lado certo da história e do lado do progresso humano” (PRC 2023c). No final de setembro de 2023, Pequim publicou um “livro branco” precisamente sobre a Comunidade Global de Futuro Partilhado, onde apresenta a “Direção e Caminho” que a comunidade internacional deve seguir “passo a passo”: 1) Avançar com um novo tipo de globalização econômica; 2) Seguir uma via de desenvolvimento pacífico; 3) Fomentar um novo tipo de relações internacionais; 4) Praticar um verdadeiro multilateralismo; 5) Promover os valores comuns da humanidade (*Ibid.* IV). E ainda a “Ação e Contributo” da China: 1) Promover uma cooperação de alta qualidade no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”; 2) Implementar as três iniciativas globais; 3) Trabalhar com mais países e regiões; 4) Impulsionar a cooperação internacional em todos os domínios (*Ibid.* V).

Como se percebe, as concepções subjacentes à Comunidade Global de Futuro Partilhado estão intimamente associadas às quatro grandes Iniciativas chinesas lançadas por Xi ao longo da última década: a Iniciativa Faixa e Rota/*Belt and Road Initiative* (BRI) ou *One Belt One Road* (OBOR), a Iniciativa de Desenvolvimento Global/*Global Development Initiative* (GDI), a Iniciativa de Segurança Global/*Global Security Initiative* (GSI) e a Iniciativa de Civilização Global/*Global Civilization Initiative* (GCI).

A Iniciativa Faixa e Rota (BRI) foi apresentada, em 2013, pelo presidente Xi – a faixa terrestre em Astana, no Cazaquistão, e a rota marítima em Jacarta, na Indonésia. Gigantesco e ambicioso plano de infraestruturas de longo prazo ligando, inicialmente, a China à Europa através da Eurásia e do Oceano Índico e, depois, todas as regiões do globo, de África à América Latina e às ilhas do Pacífico, a “Nova Rota da Seda” chinesa foi-se alargando e multiplicando em sucessivas variantes e plataformas, desde a “Rota da Seda Digital” à “Rota da Seda Verde” ou à “Rota da Seda Polar” (PRC, *Belt and Road Portal*; Garcia, 2020; Leandro, Duarte e Galán, 2023). Para apoiar financeiramente os projetos da BRI, Pequim criou o Fundo da Rota da Seda, em 2014, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), em 2015, organizando e acolhendo ainda Fóruns Faixa e Rota para a Cooperação Internacional, em maio de 2017, abril de 2019 e outubro de 2023.

Segundo Xi (2023b), a BRI “visa melhorar a conectividade política, de infraestruturas, comercial, financeira e interpessoal, dar um novo impulso à economia mundial, criar novas oportunidades para o desenvolvimento mundial e construir uma nova plataforma para a cooperação econômica internacional”. Ao longo da última década, a BRI “expandiu-se da conectividade física para a conectividade institucional” (*Ibid.*), e Pequim esforçou-se por construir uma rede global de corredores econômicos, rotas de transporte e autoestradas digitais de informação e comunicação, bem como caminhos de ferro, estradas, aeroportos, portos, oleodutos e redes elétricas. Abrangendo a terra, os mares e oceanos, o céu e a Internet, esta rede impulsionou o fluxo de mercadorias, capitais, tecnologias e recursos humanos entre a China e os países envolvidos.

“O que foi alcançado nos últimos 10 anos”, disse Xi na abertura do 3.º Fórum BRI dia 19 de outubro de 2023, “demonstra que a cooperação ‘Uma Faixa, Uma Rota’ está no lado certo da história” (*Ibid.*). Na mesma ocasião, o presidente chinês anunciou oito medidas que a China pretende implementar no desenvolvimento da BRI: construir uma rede de conectividade multidimensional; apoiar uma economia mundial aberta; levar a cabo uma cooperação prática; promover o desenvolvimento ecológico; fazer avançar a inovação científica e tecnológica; apoiar os intercâmbios entre os povos; promover a cooperação baseada na integridade; e reforçar o desenvolvimento institucional (*Ibid.*).

Embora Pequim apresente a BRI como tendo apenas motivações de cooperação econômica, a realidade é que constitui um poderoso instrumento ao serviço de objetivos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos da China: contribui para diversificar rotas de abastecimento e escoamento, facilita o acesso a fornecedores de petróleo e gás e a locais com recursos estratégicos e matérias críticas, favorece certo tipo de investimentos e o controle de setores estratégicos pelas empresas chinesas, acarreta mecanismos de subvenções e empréstimos que tornam dependentes os parceiros em maiores dificuldades, aumenta o peso econômico, comercial e financeiro da China sobre os países e regiões envolvidos e, naturalmente, incrementa as suas ideias e a sua influência política (Tomé, 2021b e 2023a).

Por exemplo, a China tem mais portos no seu território do que qualquer outro país do mundo e, adicionalmente, as empresas chinesas, na sua maioria estatais ou controladas por Pequim, já investiram e adquiriram direitos de exploração em mais de 100 portos de mais de 60 países, muitos deles de importância internacional como os de Hambantota (Sri Lanka), Gwadar (Paquistão), Kyaukpyu (Myanmar), Darwin (Austrália), Haifa New Port (Israel), Kumport (Turquia), Piréus (Grécia) ou Roterdão (Países Baixos), bem como em cerca de um quinto dos portos africanos. Noutro exemplo, a Declaração da Cimeira de Pequim de 2018 do Fórum sobre a Cooperação China-África (FOCAC) espelha a narrativa chinesa: “Aplaudimos que, no âmbito da Iniciativa Faixa e Rota, seja observado o princípio da consulta alargada, contribuição conjunta e benefícios partilhados... defendemos firmemente o multilateralismo e opomo-nos a todas as formas de unilateralismo e protecionismo... defendemos o respeito mútuo e a consulta equitativa, rejeitamos firmemente a mentalidade da Guerra Fria” (FOCAC, 2018).

Num mundo em acelerada mutação e crescentes tensões, o regime chinês lançou, desde setembro de 2021, três “Iniciativas Globais” sobre, respetivamente, Desenvolvimento, Segurança e Civilização. Oito anos depois de apresentar a BRI, o mesmo presidente Xi apresentou, na Assembleia Geral da ONU, a Iniciativa de Desenvolvimento Global/*Global Development Initiative* (GDI), com o objetivo oficial de acelerar a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e contribuir para a resolução dos desafios ao desenvolvimento e a promoção do desenvolvimento

global (Xi, 2021b). Segundo Pequim, “O seu requisito fundamental é uma abordagem centrada nas pessoas, a sua filosofia principal é a de parcerias de desenvolvimento global unidas, iguais, equilibradas e inclusivas, e a sua medida central implica ações orientadas para os resultados, a fim de reforçar um desenvolvimento global mais forte, mais ecológico e mais saudável e de construir conjuntamente uma comunidade global de desenvolvimento” (PRC, 2023c).

Desde então, a RPC acolheu o Diálogo de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Global e apresentou 32 medidas para implementar a GDI, incluindo a criação do Fundo para o Desenvolvimento Global e a Cooperação Sul-Sul, o lançamento do Fundo Fiduciário para a Cooperação Sul-Sul China-FAO (Fase III) e o reforço do apoio ao Fundo para a Paz e o Desenvolvimento China-ONU. Ao mesmo tempo, ativou o Centro de Promoção do Desenvolvimento Global, publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Global e criou a Rede Global de Conhecimento para o Desenvolvimento.

Mais inovadora é a Iniciativa de Segurança Global/*Global Security Initiative* (GSI), apresentada, mais uma vez, por Xi, no seu discurso de abertura da Conferência Anual do Fórum Boao para a Ásia, em 21 de abril de 2022 – menos de dois meses depois da invasão russa da Ucrânia. O presidente chinês declarou, então, que o “confronto de blocos” e a “mentalidade da Guerra Fria” iriam “destruir o quadro de paz global”, numa referência, não à agressora Rússia, mas aos EUA e à NATO que, tal como Moscovo, Pequim responsabiliza de ter provocado a guerra na Ucrânia. Em contraposição, a GSI assenta no princípio da “segurança indivisível” e em “seis compromissos”: uma visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável; o respeito pela soberania e a integridade territorial de todos os países; cumprir os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas; levar a sério as legítimas preocupações de segurança de todos os países; resolver pacificamente as diferenças e disputas entre países através do diálogo e da consulta; e manter a segurança em domínios tradicionais e não tradicionais (Xi, 2022; PRC, 2023a).

Em 21 de fevereiro de 2023 – quase um ano depois da Rússia ter invadido a Ucrânia –, Pequim publicou oficialmente o *concept paper* sobre a GSI (PRC, 2023a), onde desenvolve os conceitos e princípios fundamentais da Iniciativa. Através dela, na perspetiva do regime, “a China procura colaborar com a comunidade internacional na defesa do espírito da Carta das Nações Unidas e apela à adaptação às profundas mudanças na paisagem internacional através da solidariedade, da abordagem dos riscos e desafios de segurança tradicionais e não tradicionais com uma mentalidade vantajosa para todos e da criação de uma nova via para a segurança que privilegie o diálogo em detrimento do confronto, a parceria em detrimento da aliança e os resultados vantajosos para todos em detrimento do jogo de soma zero” (PRC, 2023c). As Iniciativas Globais de Desenvolvimento e de Segurança estão interligadas pela conceção marxista de que a segurança é requisito para o desenvolvimento e o desenvolvimento é uma garantia de segurança, numa lógica de “paz através do

desenvolvimento”. A GDI e a GSI são também “gêmeas”, no sentido de constituírem manifestos para uma ordem alternativa àquela que tem sido liderada pelos EUA e seus aliados na Europa e na Ásia-Pacífico. E embora muitas das ideias expressas na GDI e na GSI não sejam novas na retórica chinesa, no seu conjunto fazem parte da tentativa da China de Xi apresentar uma visão mais abrangente de uma nova ordem mundial e formular a espinha dorsal ideológica de um sistema de governação global que eleva a influência chinesa.

Componente deste esforço é, igualmente, a Iniciativa de Civilização Global/*Global Civilization Initiative* (GCI) apresentada dia 15 de março de 2023, novamente por Xi Jinping, numa Reunião de Alto Nível do PCC e seus parceiros, em Pequim. “Defendemos o respeito pela diversidade das civilizações”, disse Xi aos líderes de partidos políticos e organizações de cerca de 150 países, sublinhando a diferença que separa a China dos que tentam “impor os seus próprios valores ou modelos aos outros e fomentar o confronto ideológico”, e acrescentando que “o PCC continuará a promover o intercâmbio inter-civilizacional” e que “A modernização chinesa, como uma nova forma de progresso humano, aproveitará os méritos de outras civilizações” (Xi, 2023). Na retórica do regime chinês, a GCI traz consigo “quatro propostas” de defesa conjunta do respeito pela diversidade das civilizações, dos valores comuns da humanidade, da importância da continuidade e da evolução das civilizações, e de intercâmbios cooperação internacional mais estreita entre os povos (PRC, 2023c).

2. Sucessos, Inconsistências e Contradições da Visão e Prática Chinesas

A Iniciativa de Civilização Global foi apresentada cinco dias depois de a China ter surpreendido o mundo com um extraordinário sucesso diplomático: no dia 10 de março de 2023, em Pequim, os arquirrivais Arábia Saudita e Irão, sob mediação chinesa, acordavam restabelecer as suas relações diplomáticas após sete anos de hostilidade, bem como em recuperar um pacto de segurança assinado 22 anos antes para cooperação mútua na luta contra o terrorismo, o tráfico de droga e o branqueamento de capitais e ainda reavivar o acordo comercial e tecnológico bilateral de 1998. O anúncio tem um enorme significado simbólico e geopolítico: no mesmo dia em que Xi Jinping assegurava um inédito terceiro mandato como presidente da RPC, o acordo entre Riade e Teerão mediado por Pequim tem grandes implicações no Médio Oriente que é há muito considerado região de influência dos EUA, e num momento em que a Administração Biden tentava mediar a normalização de relações entre Israel e a Arábia Saudita. O acordo Arábia Saudita-Irão dá também a Pequim a oportunidade de exibir um significativo resultado prático das ideias preconizadas na Comunidade Global de Destino Partilhado e nas suas quatro Iniciativas, muito particularmente,

a Iniciativa de Segurança Global – à qual Pequim diz orgulhosamente que cerca de uma centena de países e organizações expressaram “a sua aprovação e apoio”. Assim sendo, custa a perceber a “ausência” da China perante uma nova guerra no Médio Oriente na sequência do ataque terrorista sem precedentes do Hamas contra Israel de 7 de outubro de 2023, envolvendo diretamente Israel e indiretamente o Irão – o Hamas é um dos elementos do “Eixo da Resistência” de Teerão –, dois dos seus “parceiros estratégicos” na região. E isto depois de, em abril de 2023, o então ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qin Gang, se ter oferecido para mediar um acordo de paz entre israelitas e palestinianos e de, em junho, o presidente da Autoridade Palestiniana ter ido oficialmente a Pequim, no que foi o primeiro “Chefe de Estado” Árabe a ser recebido pela China em 2023. A verdade é que perante esta nova guerra Hamas-Israel, Pequim tem seguido uma estratégia dupla: por um lado, associa-se às críticas e acusações dos países árabes e islâmicos (e não só) contra a “catástrofe humanitária” provocada por Israel, bem como aos apelos de “cessar-fogo imediato e duradouro”; por outro, responsabiliza os Estados Unidos pela instabilidade e conflitualidade no Médio Oriente e pelo “inferno em Gaza”.

Na realidade, são muitas as inconsistências e, pior, as contradições entre a retórica e as ações chinesas. Paradigma disso é a postura de Pequim a respeito da guerra Russo-Ucraniana. A China de Xi nunca condenou a Rússia por invadir a Ucrânia e, além de também não impor sanções, aumentou consideravelmente o volume de investimentos e trocas comerciais bilaterais que atingiram novos máximos: em 2022, os investimentos chineses só no Extremo Oriente russo cifraram-se em mais de 13 mil milhões USD, e o comércio bilateral subiu 29,3% comparativamente a 2021, atingindo 190,27 mil milhões USD, constituindo um novo recorde (Rússia Briefing, 2023). Em 2023, esse volume aumentou ainda mais chegando, só entre janeiro e novembro, aos 218,2 mil milhões USD, ultrapassando assim o objetivo estabelecido pelos dois países, em 2019, um ano antes do previsto¹⁰; esse valor dos primeiros 11 meses de 2023 também ultrapassou o total de todo o ano 2022, garantindo um novo máximo no comércio bilateral (Reuters, 2023b). A China emergiu, portanto, como “tábua de salvação económica” para uma Rússia sob pesadas sanções “ocidentais”, a que se somam ainda sucessivos exercícios militares bilaterais e de ambas juntamente com o Irão ou com a África do Sul.

Mais do que isso, o sacrossanto apego chinês aos princípios da soberania e da integridade territorial foi descartado em nome de “preocupações legítimas de segurança” russas – conceito que não tem base no Direito Internacional e na Carta das Nações Unidas. A intenção de Pequim é, evidentemente, criticar a NATO e o “sistema de

10 Em 2019, Moscovo e Pequim inauguraram o gasoduto Power of Siberia 1 que transporta gás natural russo para a China, acordando também aumentar o comércio bilateral de 107 mil milhões USD, em 2018, para 200 mil milhões USD até 2024.

alianças americano” que, tal como Moscovo, responsabiliza de ter provocado a guerra na Ucrânia e considera uma ameaça à sua própria segurança, em particular, às suas ambições relativamente a Taiwan e também a territórios que disputa com países vizinhos. Aparentemente, para Pequim, “preocupações legítimas de segurança” configuram exceções válidas à soberania e à integridade territorial, mas sem especificar como se qualifica uma “preocupação legítima de segurança” nem com que critérios nem quem o decide nem com que base legal – fazendo questionar o que verdadeiramente significa a ordem internacional de segurança chinesa.

Curiosamente, ou talvez não, o *concept paper* sobre a Iniciativa de Segurança Global saiu três dias antes de Pequim publicar a “Posição da China Sobre a Resolução Política da Crise na Ucrânia”, em 24 de fevereiro de 2023, exatamente um ano depois da invasão russa da Ucrânia, assente em 12 pontos: (1) Respeitar a soberania, a independência e a integridade territorial de todos os países; (2) Abandonar a mentalidade da Guerra Fria... Os interesses e as preocupações legítimas de todos os países em matéria de segurança devem ser levados a sério e tratados de forma adequada; (3) Cessar as hostilidades... Todas as partes devem apoiar a Rússia e a Ucrânia para que trabalhem na mesma direção e retomem o diálogo direto o mais rapidamente possível; (4) Retomar as conversações de paz... A China continuará a desempenhar um papel construtivo a este respeito; (5) Resolver a crise humanitária; (6) Proteger os civis e os prisioneiros de guerra; (7) Manter as centrais nucleares seguras... A China opõe-se a ataques armados contra centrais nucleares ou outras instalações nucleares pacíficas; (8) Reduzir os riscos estratégicos... As armas nucleares não devem ser utilizadas e as guerras nucleares não devem ser travadas; (9) Facilitar as exportações de cereais; (10) Pôr termo às sanções unilaterais... As sanções unilaterais e a pressão máxima não podem resolver a questão; apenas criam novos problemas. A China opõe-se às sanções unilaterais não autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU; (11) Manter estáveis as cadeias industriais e de abastecimento. Todas as partes devem manter seriamente o sistema económico mundial existente e opor-se à utilização da economia mundial como instrumento ou arma para fins políticos; (12) Promover a reconstrução pós-conflito (PRC, 2023b).

Não se trata de um verdadeiro “plano de paz”, antes da defesa velada da Rússia numa guerra a que Pequim chama “crise” e resultante de uma invasão que não designa como tal e nunca condenou. Nessa “posição”, a RPC não distingue agressor do agredido; critica aqueles que apoiam a Ucrânia e sancionam a Rússia, mas sem apresentar alternativas para defender o invadido e travar o invasor; apela à “facilitação das exportações de cereais”, mas depois não criticou Moscovo quando, em julho, abandonou unilateralmente o acordo sobre exportação de cereais pelo Mar Negro; e, fundamentalmente, nunca refere que “soberania, independência e integridade territorial” estão a ser violadas pela Rússia na Ucrânia, apelando novamente ao respeito por “preocupações legítimas de segurança” (russas, claro). Tanto assim que

o próprio presidente russo afirmou que “muitas das disposições do plano de paz apresentado pela China estão em consonância com as abordagens russas e podem ser tomadas como base para um acordo pacífico quando estiverem prontos para isso no Ocidente e em Kiev” (Reuters, 2023a).

Pelo *timing* em que a Iniciativa de Segurança Global chinesa foi apresentada, é impossível não a associar à guerra Russo-Ucraniana. Acontece que esta iniciativa é decorrente da “abordagem holística” da segurança nacional que Xi enunciou, em 2014, na primeira reunião da Comissão de Segurança Nacional e que, três anos depois, o 19.º Congresso do PCC incorporou na Constituição do Partido como estratégia básica para o desenvolvimento do “socialismo com características chinesas numa nova era”. Foi também em reuniões do PCC que o secretário-geral Xi Jinping articulou, em 2020 e 2021, respetivamente, as “dez adesões” e as “cinco coordenações” dessa abordagem holística da segurança nacional que fornecem o fundamento teórico para os “seis compromissos” da Iniciativa de Segurança Global, conforme explica o diretor adjunto do Instituto de Economia e Política Mundial da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Feng Weijiang (2023).

O significado disto é crucial para a ordem mundial por três aspetos cruciais. Primeiro, sublinha que a GSI é a transposição para o quadro internacional da visão do Partido Comunista da China – o que, sendo natural num regime de Partido-Estado, não deve deixar de merecer a devida atenção da comunidade internacional. Segundo, essa “abordagem holística” e de “segurança indivisível” interliga a segurança nacional da China com a segurança internacional, sendo a segunda uma extensão da primeira, em prol da segurança da China e do regime. E, terceiro, o resultado prático do que seria a implementação plena da Iniciativa de Segurança Global pode ser aferido pelo que o Partido-Estado vem fazendo ao abrigo daquela conceção holística. Ora, o que Pequim vem fazendo é produzir sucessivas leis que “legalizam” o reforço dos mecanismos repressivos – da *Anti-Spy Law* à *National Security Law*, *Counterterrorism Law*, *Anti-Terrorism Law*, *Cyber Security Law*, *National Intelligence Law* ou *Cryptography Law* –, intensificar o controlo do ciberespaço e das redes sociais, estender em larga escala a vídeo e áudio vigilância e os “sensores comportamentais”, aumentar a repressão no Tibete e no Xinjiang e impondo a *Lei de Segurança Nacional* em Hong Kong, em junho de 2020, na prática, pondo fim ao princípio “um País, dois sistemas” e violando a *Lei Básica de Hong Kong* e o compromisso internacional que havia celebrado com o Reino Unido.

Paralelamente, apesar de antes ter sempre afirmado que nunca teria bases militares em países estrangeiros, em agosto de 2017, a China estabeleceu a sua primeira base militar (naval) no Djibuti, com um contingente de mais de 10.000 soldados, estrategicamente no cruzamento das rotas comerciais e energéticas da BRI. E é suspeita de estar a procurar instalar infraestruturas com fins militares e de apoio à projeção de poder naval, aérea, terrestre, cibernética e espacial em países como Camboja, Myanmar,

Tailândia, Singapura, Indonésia, Paquistão, Sri Lanka, Emirados Árabes Unidos, Quênia, Seychelles, Tanzânia, Angola e Tajiquistão. Do mesmo modo, a retórica chinesa é antagônica às alianças militares, mas mantém uma aliança com a Coreia do Norte, desenvolveu uma quase-aliança com a Rússia de Putin, vem ampliando o número de parceiros no domínio da segurança e defesa, designadamente em África e no Médio Oriente, e tem feito sucessivos exercícios militares com países da Ásia Central, Paquistão, Irão, Arábia Saudita, Egito, África do Sul e, claro, Rússia.

A somar às múltiplas incursões chinesas nas áreas disputadas com a Índia e ao longo da extensa “Linha de Controlo Atual” (LAC) mútua, em junho de 2020 uma escaramuça entre militares de ambos os lados no Vale de Galwan, numa região fronteira dos Himalaias, resultou na morte de 20 soldados indianos, marcando a primeira perda de vidas na LAC desde 1975. Similarmente, ao longo da última década, Pequim vem intensificando as suas atividades militares nos disputados Mar do Sul da China – incluindo junto de ilhas, atóis e recifes e Zonas Económicas Exclusivas de países do Sudeste Asiático – e Mar Oriental da China – incluindo nos espaços aéreo e marítimo próximos das ilhas Senkaku japonesas e da ilha Iedo sul-coreana –, tornando-se também muito mais agressiva e ameaçadora em relação a Taiwan, tudo sempre no sentido de alterar unilateralmente o *statu quo* (Tomé, 2021a e 2021b). A China afirma e exige repetidamente o respeito pela legalidade internacional, e é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Contudo, Pequim não só não respeitou a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA) sobre o Mar do Sul da China que, em julho de 2016, sentenciou que “as pretensões da China a direitos históricos, ou outros direitos soberanos ou jurisdição, relativamente às áreas marítimas no Mar do Sul da China abrangidas pela parte relevante da ‘linha das nove raias’ são contrárias à Convenção [UNCLOS] e sem efeito legal” (PCA, 2016) como contrapôs publicando, de imediato, um “livro branco” com a sua perspetiva sobre essas disputas (PRC, 2016) e ainda intensificou, desde então, a militarização e o reforço das suas posições no Mar do Sul da China, incluindo pela contínua construção de aterros em ilhas, atóis e recifes que controla expandindo infraestruturas militares, criando situações *de facto* e parecendo querer impor uma espécie de *mare nostrum* ou *mare clausum* (Tomé, 2021a e 2021b).

Pequim repete exaustivamente a sua oposição às “sanções unilaterais”, mas nos últimos anos aumentou consideravelmente as suas próprias sanções, e muito para lá de apenas responder a sanções que outros dirigem à China. Com efeito, desde visitas do Dalai Lama ou de dirigentes de Taiwan a investigações sobre as origens da pandemia da COVID-19 ou o trabalho forçado em Xinjiang, críticas sobre a situação dos direitos humanos na China ou a mudança da designação formal de Gabinete de Representação da “Taipé Chinesa” para “Taiwan”, são muitos os pretextos que têm levado o regime chinês a sancionar governos, empresas, ONG e cidadãos estrangeiros, impondo proibição de importações ou de exportações, aumentos de tarifas, restrições

ao investimento, suspensão de créditos, boicotes a produtos, proibição de entrada no seu território e outras medidas tendo em vista “punir” certos comportamentos e críticas que desagradam a Pequim e desencorajar outros de prosseguirem ações similares.

Sucessos, inconsistências e contradições encontramos, igualmente, nas novas Rotas da Seda e na Iniciativa de Desenvolvimento Global. Também estas têm sido instrumentais no fomento da influência da China e do seu “círculo de amigos”. Com efeito, mais de 150 países e mais de 30 organizações internacionais assinaram acordos de cooperação no âmbito da BRI, incluindo países NATO como Portugal, Hungria, Grécia ou Turquia e ainda, até dezembro de 2023, a Itália que é também membro do G7. Curiosamente, o 3.º Fórum Internacional da mais emblemática das iniciativas de Xi, e logo no seu 10.º aniversário, em outubro de 2023, teve menos chefes de Estado e de Governo do que as edições anteriores: apenas 23 quando, em 2017, tinham sido 30 e, em 2019, 37. Inabalável, Xi convidou Putin e afirmou no seu discurso de abertura que “Mudanças no mundo, nos nossos tempos e com significado histórico estão a desenrolar-se como nunca antes” (Xi, 2023b). Similarmente, segundo o regime chinês, mais de 100 países e organizações internacionais manifestaram o seu apoio à GDI, com mais de 70 países a participarem no Grupo de Amigos da Iniciativa para o Desenvolvimento Global criado na ONU (RPC, 2023). E o facto é que a China se tornou um dos principais parceiros comerciais e fontes de investimento de cerca de 140 países de todo o mundo.

Embora os fundos BRI tenham aumentado o volume de financiamento para os países de baixos rendimentos, para estes nem sempre isso é sinónimo de desenvolvimento. Acossados por acusações de má gestão e corrupção, os projetos da BRI contribuíram para a dívida e a tensão financeira de muitas economias emergentes. Ao mesmo tempo, a China emergiu como “o prestamista de último recurso” para muitos países em desenvolvimento, realizando 128 operações de resgate em 22 países entre 2020 e 2021, num total de 240 mil milhões USD – uma indicação clara de que um número considerável de projetos da BRI não era financeiramente sólido ou sustentável. E muitos países pobres enfrentam instabilidade económica ou até mesmo o colapso sob o peso de empréstimos provenientes da China. Uma análise da Associated Press a uma dúzia de Estados mais endividados com a China – incluindo Paquistão, Sri Lanka, Quênia, Zâmbia, Laos e Mongólia – revelou que o pagamento dessa dívida está a consumir uma quantidade cada vez maior das receitas fiscais que poderiam servir os seus frágeis sistemas de saúde ou educação e a drenar as reservas de moeda estrangeira que estes países utilizam para pagar os juros desses empréstimos (Condon, 2023).

Em larga medida, isso deve-se à relutância dos bancos chineses em perdoar a dívida e ao extremo secretismo sobre o montante emprestado e em que condições, o que tem dificultado a intervenção de outros grandes credores para ajudar. Por exemplo,

o Paquistão tem sido desde o início um dos participantes mais recetivos à BRI, mas isso não melhorou a sua condição económica e muitos projetos estão atrasados ou nem sequer iniciados. Pelo contrário, o país está à beira do incumprimento soberano, desesperado por um resgate do FMI e cada vez mais endividado para com a China. Os empréstimos chineses também contribuíram para crises e incumprimentos de dívida no Sri Lanka e na Zâmbia. Estes casos não provam que a China cria deliberadamente “armadilhas da dívida” para obrigar esses governos a entregarem ativos estratégicos, mas levantam questões sérias sobre a agenda de Pequim.

A visão chinesa sobre a ordem mundial apela à centralidade da ONU e ao “multilateralismo verdadeiro”, orgulhando-se Pequim de praticar uma “diplomacia de grande potência” responsável. No Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, entre 2000 e 2018, a RPC apoiou 182 das 190 resoluções impondo sanções contra Estados por violarem regras internacionais, incluindo a Coreia do Norte. Porém, nos últimos anos, tem repetidamente usado ou ameaçado o seu direito de veto no CSNU e votado na AGNU e no Conselho de Direitos Humanos contra novas sanções ou resoluções críticas em favor de regimes como os da Coreia do Norte, Irão, Síria, Myanmar ou Rússia. Por outro lado, tem usado a sua crescente influência para mobilizar outros governos em apoio das suas próprias “questões”: por exemplo, em outubro de 2020, em contraponto a uma declaração de 39 países que criticava Pequim pela imposição da nova *Lei de Segurança Nacional* em Hong Kong, mobilizou um grupo de 54 países a assinar na ONU uma declaração de apoio à RPC; em 2021, na 47.ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 69 países assinaram uma outra declaração que apoiava as políticas chinesas em Hong Kong, no Tibete e em Xinjiang. Quando, em 2022, foi publicado um relatório das Nações Unidas que descrevia em pormenor os possíveis “crimes contra a humanidade” cometidos pelo regime chinês contra os muçulmanos uigures no Xinjiang, Pequim respondeu com um relatório próprio, acusando “certas forças anti-China”, e conseguiu impedir que a questão fosse debatida no Conselho dos Direitos Humanos da ONU (Kelter, 2023). Uma semana antes da abertura do Debate Geral da 78.ª sessão da AGNU, em setembro de 2023, a China emitiu uma “Proposta sobre a Reforma e o Desenvolvimento da Governação Global”, renovando o seu apoio ao “papel central” da ONU. Mas para o debate na própria AGNU, Pequim enviou um representante de terceiro escalão – ao mesmo tempo que, por exemplo, o MNE chinês Wang Yi estava a visitar a Rússia. E para quem tanto enfatiza a “multipolaridade” e o “multilateralismo”, é pouco coerente que o presidente Xi tenha faltado, pela primeira vez, à Cimeira do G20 que teve lugar em 9 e 10 de setembro de 2023 na Índia – onde também Putin faltou. À semelhança de muitas outras plataformas e mecanismos multilaterais criados e liderados pela China, a Organização de Cooperação de Xangai (SCO no acrónimo inglês) e o grupo BRICS têm sido veículos fundamentais para Pequim alargar o seu “círculo de amigos” e promover a sua narrativa tendente à reformulação da ordem

mundial. Em abril de 2023, o Irão tornou-se oficialmente o 9.º Estado-membro da SCO, juntando-se à China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Índia e Paquistão, ao mesmo tempo que a Arábia Saudita passava a ser, desde março, “Parceiro de Diálogo” da SCO – estatuto que têm também Azerbaijão, Arménia, Bahrein, Egito, Camboja, Qatar, Kuwait, Maldivas, Myanmar, Nepal, Emirados Árabes Unidos, Turquia e Sri Lanka. Além dos agora nove membros e 14 Parceiros de Diálogo, a SCO conta ainda com Afeganistão, Bielorrússia e Mongólia como “Observadores”.

Por seu lado, na 15.ª Cimeira do grupo BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – de 22 a 24 de agosto de 2023, na África do Sul, participaram dirigentes de outros 67 Estados, dos quais seis foram convidados a tornar-se membros plenos do “BRICS+” a partir de 1 de janeiro de 2024 – Argentina, Egito, Irão, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos –, no que constitui o primeiro alargamento do grupo desde 2010. Entretanto, o Novo Banco de Desenvolvimento ou “Banco BRICS” já se tinha alargado a Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Egito, em 2021, estando o Uruguai a meio do processo e tendo Argélia, Honduras, Zimbabué e Arábia Saudita formalizado interesse em aderir.

Como se percebe até pelos membros e parceiros SCO e BRICS+, os mecanismos e organismos multilaterais em torno da China, ainda que numa lógica alternativa à ordem liberal, não configuram coligações de autocracias. Na realidade, as formulações genéricas vertidas na Comunidade Global de Destino Partilhado e nas Iniciativas Globais permitem a Pequim envolver e ter relacionamentos profícuos com todo o tipo de regimes. Mas se isso é uma vantagem para a ressurgência geopolítica da China, também acarreta limitações na possibilidade de Pequim converter simplesmente esses “clubes de amigos” à ordem mundial com características chinesas.

O alvo prioritário das mensagens chinesas é o numeroso grupo de países em desenvolvimento e do “Sul Global”, apresentando-se a RPC como um deles: “A China é a maior nação em desenvolvimento do mundo e um membro natural do Sul Global”, disse Li Xi (2023), representante pessoal do presidente Xi, numa reunião do “Grupo dos 77”, coligação de 135 membros de países em desenvolvimento que se reuniu em Cuba durante a Assembleia-Geral da ONU, em 15 de setembro de 2023. Muitos no tal “Sul Global” partilham da visão chinesa de que a democracia e os direitos humanos podem ter variações e adaptações consoante as respetivas culturas, tradições políticas e condições de desenvolvimento, e que, portanto, não devem ser impostos por uns a outros (Artner e Yin, 2023). No entanto, não se trata apenas de “cooperação Sul-Sul” por uma questão de altruísmo, pois Pequim promove a sua agenda, os seus interesses e as suas próprias normas e práticas.

É incontestável a expansão da influência económica, política e ideacional da China em África, no Médio Oriente, na América Latina, na Ásia e na Oceânia. A receptividade à sua visão sobre a ordem mundial tem, no entanto, limites, já que a conceção

liberal de democracia e direitos humanos continua a ser preferencial no “Sul Global”. Múltiplos inquéritos no continente africano, nas Américas Centrais e do Sul e na Ásia-Pacífico mostram maiorias de apoio à democracia liberal e de rejeição de alternativas autocráticas. A enorme atração pela China continua a dever muito à vontade de estreitar laços económicos e comerciais, mesmo perante perspectivas de abrandamento da economia chinesa, mas o “Ocidente” continua a gozar de popularidade superior em termos de valores e de segurança. Isto mesmo é patente num inquérito de opinião realizado em 21 países de todo o mundo, no outono de 2023, pelo European Council on Foreign Relations (ECFR). Por exemplo, no que respeita aos direitos humanos, uma clara maioria dos inquiridos no Brasil, na Índia, na África do Sul, na Turquia e na Arábia Saudita prefere que o seu país esteja mais próximo dos EUA e seus aliados do que da China e seus parceiros. Se também fossem obrigados a escolher, a maioria dos entrevistados dessas sociedades preferiria que o seu país cooperasse mais estreitamente com os EUA do que com a China – sendo a Rússia a única exceção (Ash, Krastev e Leonard, 2023).

A realidade é que, como também revela este mesmo inquérito do ECFR, as pessoas por todo o mundo preferem opções “à la carte” em que os seus governos possam escolher parceiros em função dos interesses e questões em jogo (*Ibid.*). Isto é potenciado, naturalmente, pela “alternativa China”. E dada a disponibilidade de Pequim para negociar e cooperar com todo o tipo de regimes, numa base de pragmatismo de interesses e independentemente da situação interna e do comportamento externo, desde que lhe sejam favoráveis, o “mundo à la carte” favorece muito as autocracias e os seus líderes – que, portanto, se sentem confortados e atraídos pela visão da China de Xi, ao mesmo tempo que Pequim os abraça na contestação da ordem liberal e na promoção da “ordem com características chinesas”. Com efeito, são inúmeros os exemplos de regimes autocráticos que a China apoia, da Coreia do Norte ao Irão, Bielorrússia, Síria, Sudão, Venezuela, Cuba, Afeganistão Talibã, juntas militares golpistas no Myanmar ou no Níger e muitos outros – legitimando-os politicamente, travando ou boicotando sanções internacionais, vendendo-lhes armamentos e fazendo *business as usual*. Além disso, o regime chinês não se inibe de exibir publicamente apoio aos líderes autocráticos criticados ou sancionados pelo “Ocidente”. Por exemplo, desde o golpe militar no Myanmar, foram vários os altos-representantes do PCC e da RPC – incluindo o MNE chinês – a visitar o líder da junta golpista, Min Aung Hiaing. Em setembro de 2023, a China tornou-se o primeiro país do mundo a reconhecer o governo dos talibãs desde que regressaram ao poder em Cabul, em 2021, aceitando credenciais de um “embaixador afegão” em Pequim, e convidando uma delegação talibã para o 3.º Fórum Internacional da Rota da Seda que teve lugar no mês seguinte. Também em setembro de 2023, o ditador da Síria Bashar al-Assad – acusado de usar armas químicas contra o seu próprio povo – foi recebido nos Jogos Asiáticos de Hangzhou, onde chegou num jato fretado pela própria China.

Particularmente significativo é o caso de Vladimir Putin que, em 2008, estava na abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim no mesmo dia 1 de agosto em que a Rússia invadia a Geórgia, iniciando a “guerra dos cinco dias” na sequência da qual Moscovo reconheceu as “independências” da Ossétia do Sul e da Abkhazia georgianas; em maio de 2014, dois meses depois de a Rússia anexar a Crimeia, foi a Xangai naquela que foi a sua primeira ida à China na presidência Xi; e, em fevereiro de 2022, foi novamente a Pequim encontrar-se com Xi escassos dez dias antes da Rússia invadir a Ucrânia, proclamando uma parceria e amizade “sem limites” entre os dois países. Em março de 2023, na sua primeira ida ao estrangeiro desde que assegurou um terceiro mandato como presidente da China, e logo após o presidente russo ter sido alvo de mandado de detenção pelo Tribunal Penal Internacional acusado de cometer “crimes de guerra” na Ucrânia, Xi foi a Moscovo encontrar-se com Putin. Os dois discutiram, entre outros, os planos de construção de novos gasodutos – o Power of Siberia 2 (Rússia-Mongólia-China) e o que traz gás da ilha russa de Sakhalin até à província chinesa de Heilongjiang via Mar do Japão – e firmaram a “Declaração Conjunta da China e da Federação Russa sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Abrangente de Coordenação para a Nova Era”. E na despedida coreografada perante os *media* de todo o mundo, Xi disse a Putin: “Neste momento há mudanças – como não víamos há 100 anos – e somos nós que conduzimos essas mudanças em conjunto” (Al Jazeera, 2023). Em outubro de 2023, voltou Putin à China encontrar-se com Xi, naquele que foi o 42.º encontro entre ambos em dez anos, exibindo o “alto nível de coordenação estratégica” entre Pequim e Moscovo. Esta visita coincidiu com o 3.º Fórum Internacional da Iniciativa Faixa e Rota, com Xi a fazer da presença do seu “melhor amigo” a manchete do evento, apesar de alguns custos, já que foi notória a escassa presença de líderes europeus: além de Putin, apenas outros dois compareceram, o primeiro-ministro da Hungria e o presidente da Sérvia; no 1.º Fórum, em 2017, estiveram 10 dirigentes europeus e no 2.º, em 2019, 11.

A coordenação estratégica da China de Xi com a Rússia de Putin é paradigmática das contradições entre a retórica e as ações do regime chinês e das suas pretensões na reformulação da ordem mundial, como referimos atrás. Não porque façam parte de uma “internacional autocrática” ou de terem visões totalmente coincidentes, mas porque ambas consideram que isso serve os respetivos interesses geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos. Desde logo, são largamente complementares: a Rússia é fonte de energia e de armamentos para Pequim, e a China é fonte de investimentos e um gigantesco mercado para Moscovo. Em segundo lugar, têm um nítido interesse geoestratégico uma na outra: a Rússia é parceira essencial nas “costas asiáticas” da China cuja prioridade geoestratégica é a sua “frente marítima”, nos Mares do Sul e Oriental da China e Taiwan, tal como a China é parceira essencial nas “costas asiáticas” russas cuja prioridade geoestratégica é a sua “frente europeia”, do Báltico ao Cáucaso Sul. A isso acrescem interesses convergentes na segurança e estabilidade da

Ásia Central, bem como em limitar a influência dos EUA, da UE e da NATO na Ásia situada entre elas. Terceiro, ambas partilham determinadas concepções e propósitos geopolíticos: o pressuposto de que as grandes potências têm certos “direitos naturais” que devem ser respeitados, incluindo esferas regionais de influência (Meisel *et al.*, 2023) e enquanto polos determinantes num “sistema multipolar”; concepções próprias de “democracia”, “direitos humanos” e “Estado de Direito”, distintas entre si, mas ambas contrárias às concepções liberais ditas “ocidentais”; noções tradicionais de segurança e de soberania, que absolutizam para si próprias e podem ser limitadas para outros, a começar pelos seus vizinhos; e procuram ambas conter a supremacia dos EUA, dividir o “Ocidente” e as potências democráticas, e suprimir influências políticas liberais nas organizações e convenções internacionais e na ordem mundial. Acontece que, como afirma Carlos Gaspar (2023b: 19), “a coligação revisionista passa a ser dirigida pela China que, pela primeira vez na história internacional, passa a ser a principal potência continental na Eurásia”. Ou seja, dada a crescente disparidade de poder e de influência entre ambas, a Rússia está a tornar-se um “parceiro júnior” da China na ordem mundial em transformação.

3. “Ordem com Características Chinesas” numa Ordem Mundial em Transformação

Pequim promove um novo modelo de governação global por oposição tanto ao “hegemonismo” dos Estados Unidos como a aspetos centrais da ordem liberal mundializada, ordem esta de que a China tem beneficiado muito. Questão em aberto é, portanto, saber se as ambições chinesas se limitam a querer alterar apenas determinadas regras e levar os defensores da ordem liberal a aceitar e acomodar algumas das suas prescrições para a ordem mundial ou se pretende assumir verdadeiramente o papel de potência dominante no mundo e reformular por completo a ordem mundial, com a China ao centro e inteiramente de acordo com os seus interesses, ideias, princípios, regras e instituições. As propostas da China de Xi subjacentes à “Comunidade Global de Futuro Partilhado” e às quatro grandes iniciativas – BRI, GDI, GSI e GCI – não permitem responder cabalmente a essa questão, mas veiculam uma mensagem-chave num duplo sentido: por um lado, os Estados Unidos são cada vez mais incapazes de continuar o seu papel de líder mundial e, mais do que isso, as ações dos EUA e seus aliados prejudicam a segurança e a prosperidade do mundo; por outro, uma política chinesa global, com aspirações globais altruístas, dará tudo de bom ao mundo.

Perante um “mundo em desordem” por várias “questões do nosso tempo”, alegadamente, o Partido Comunista da China tem as soluções. O “modelo chinês” já não serve apenas para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento; enquanto grande potência responsável que “nunca procurará a hegemonia”, a China oferece

“bens comuns globais” como desenvolvimento, segurança e paz. Nesta base, o regime chinês estabelece uma dicotomia simples entre dois tipos de ordem mundial, defendendo que “a humanidade se vê confrontada com duas opções opostas. Uma é voltar à mentalidade da Guerra Fria, que aprofunda a divisão e o antagonismo e fomenta o confronto entre blocos. A outra é agir em prol do bem-estar comum da humanidade, reforçar a solidariedade e a cooperação, defender a abertura e os resultados vantajosos para todos e promover a igualdade e o respeito. O braço de ferro entre estas duas opções irá moldar profundamente o futuro da humanidade e do nosso planeta” (PRC, 2023c).

No entanto, os aspetos descritos “numa” e “outra” das opções desta narrativa de Pequim não configuram, de todo, os elementos constitutivos nem da “ordem liberal” nem da “ordem com características chinesas”. No que toca à ordem mundial defendida pela China, as ideias vertidas na Comunidade Global de Futuro Partilhado e nas Iniciativas Globais são bastante genéricas e imprecisas, mas o confronto entre a retórica e as ações de Pequim revela contradições enormes e inquietantes. A maior delas relaciona-se com o respeito pela soberania, independência e integridade territorial de todos os Estados, iguais em direitos e obrigações, conforme inscrito na Carta das Nações Unidas, e que desde sempre a retórica da China Popular invoca como pilar da sua política externa e de segurança e dos seus “cinco princípios de coexistência pacífica”. Agora, porém, em reação à guerra Rússia-Ucrânia, Pequim defende indefinidas “preocupações legítimas de segurança”, parecendo procurar criar uma ordem mundial em que um e outro dos princípios possam ser aplicados consoante os interesses e os atores em questão. Se a isto somarmos a crescente assertividade com que a China de Xi vem reivindicando territórios atualmente fora do seu domínio direto e na posse *de facto* de outros países, mas que para Pequim são partes “inalienáveis” da China, então a ordem mundial com características chinesas poderá significar um novo regime internacional de soberania territorial diminuída para uns à custa da expansão da soberania territorial de outros – como a China e a Rússia.

Já para não falar de Taiwan, cuja reunificação com a “Mãe-Pátria” é vital no “Sonho Chinês de rejuvenescimento” de Xi e em relação ao qual Pequim ameaça repetidamente usar a força. Segundo Carlos Gaspar (2023a: 97) “a estratégia ofensiva da República Popular da China em relação a Taiwan torna irreversível a rutura com os Estados Unidos e consolida a tendência de bipolarização entre o “Ocidente Global” e o “Oriente Global” – entre a coligação conservadora dirigida por Washington e a coligação revisionista dirigida por Pequim”.

As conceções e contradições chinesas no domínio da segurança resultam da “abordagem holística” e da “segurança indivisível” concebidas pelo PCC. A questão é que as práticas repressivas do Partido-Estado na “segurança interna” da China para assegurar o seu “papel dirigente” permitem suspeitar que, podendo, serão replicadas na dimensão internacional. E atendendo ao crescente poderio da RPC para coagir e

reprimir, são legítimos os receios e inquietações dos seus vizinhos e dos defensores da ordem liberal sobre o que poderá verdadeiramente Pequim querer fazer – e que, evidentemente, não consta no articulado da sua Iniciativa de Segurança Global.

A verdade é que muitas das ações chinesas não correspondem à retórica enunciada na Comunidade Global de Destino Partilhado e na GSI. E se essas ações são indiciadoras de como a China se comportará numa verdadeira ordem mundial “com características chinesas”, então o mundo tem muito a temer dos “bens comuns” que o Partido Comunista da China lhe quer oferecer.

A GSI, a GDI e a GCI são instrumentais na competição geopolítica com os Estados Unidos, tal como a Iniciativa Faixa e Rota. Há, todavia, uma distinção fundamental entre a BRI e as três iniciativas globais. A expansão da BRI pode, na sua essência, ser “comprada”, no sentido em que muitos países, designadamente países em desenvolvimento ou em dificuldades, estavam e estão disponíveis para receber de braços abertos os investimentos e financiamentos da China. Ganhar adeptos para as suas iniciativas globais também pode, de certa forma, ser “comprado”: os países que desejam ter laços económicos e políticos com a China são incentivados a expressar o seu apoio à GDI, à GSI e à GCI, pelo menos retoricamente. No entanto, as três iniciativas globais veiculam essencialmente ideias, e para que essas ideias sejam transpostas para a remodelação da ordem mundial terão de ser adotadas e postas em prática por muitos outros decisores políticos. Para o conseguir, Pequim tem de convencer um número significativo de governos e sociedades de que os princípios e regras que propõe não são meros instrumentos na competição com os Estados Unidos, mas sim verdadeiramente alternativos e superiores aos da “ordem liderada pelos EUA”, mais capazes de promover segurança, paz e prosperidade, e enfrentar novos desafios.

A Comunidade Global de Destino Partilhado e as iniciativas globais formam o quadro ideológico da visão do PCC sobre a futura ordem mundial; sem a adesão suficiente de outros, não passarão de meros discursos diplomáticos (Shuman, Fulton e Gering, 2023). E o sucesso ou o fracasso na atração de outros depende muito da trajetória da própria RPC. As discussões sobre a China partem muitas vezes do pressuposto de que o crescimento do seu “poder nacional abrangente” continuará imparável e conforme planeado nos “dois Centenários”. Contudo, isso não é inevitável e, atualmente, a China enfrenta sérios desafios ao seu desenvolvimento, com o aumento da dívida, um sector imobiliário desajustado, a redução drástica do investimento estrangeiro e uma perspectiva de crescimento modesto. Além disso, a centralização de poder em Xi Jinping tornou o processo de elaboração de políticas menos previsível e mais ideológico. E somam-se muitos outros desafios que Pequim tem pela frente, desde o declínio demográfico e envelhecimento populacional à “unidade” da China, a futura sucessão de Xi ou os relacionados com a conflitualidade e instabilidade em toda a sua vizinhança. Se a economia e a estabilidade chinesas vacilarem, isso pre-

judicará seriamente a influência global e o poder de atração da China, bem como a sua capacidade de promover o seu sistema político e económico e as suas soluções para os problemas globais como um modelo superior.

Mesmo que Pequim ultrapasse aqueles obstáculos, as iniciativas globais e as ideias da China para a ordem mundial deparam-se com outros desafios. Os países em desenvolvimento e do “Sul Global”, principais alvos do “abraço chinês”, anseiam por ter mais voz no palco internacional e apreciam abordagens menos “exigentes”, menos “incómodas” e com regras mais flexíveis do que as emanadas pela ordem liberal e em que os EUA e seus aliados e parceiros insistem. Mas essas regiões e os países aí residentes não formam, longe disso, um bloco geopolítico homogêneo como suposto sob o epíteto “Sul Global”, e, como vimos atrás, a visão liberal de democracia e direitos humanos continua a ser preferida nessas sociedades face a concepções autocráticas.

Além disso, ajuda pouco Pequim ligar diretamente a sua Comunidade de Destino Partilhado e as suas iniciativas globais à competição geopolítica com os EUA. Os governos e sociedades dos países em desenvolvimento gostam de ter alternativas, mas não querem alienar os EUA, a UE ou o Japão tal como não querem alienar a China ou a Rússia. Por outro lado, não há qualquer possibilidade de os Estados Unidos e os seus aliados se conformarem passivamente e aceitarem as prescrições chinesas sobre a ordem mundial ou cederem à reforma do sistema de governação global segundo as linhas sugeridas pelo PCC/China e que contrariam diretamente os valores e regras da ordem liberal. E, portanto, certas ideias e ações de Pequim estão e continuarão a enfrentar grande resistência.

Esta situação é descrita por muitos como uma “nova” ou “segunda” Guerra Fria, o que é incorreto. É certo que alguns usam esse conceito, sobretudo, para estimular a reflexão e a discussão sobre a “nova política internacional” (Brands e Gaddis, 2021; Aguirre, 2023), mas a realidade é que a China não é a “URSS 2.0”; a base da sua ressurgência, do seu poder e da sua influência é económica, não militar; os EUA e seus aliados são os maiores parceiros económicos e comerciais da China, e esta deles, num elevadíssimo nível de interdependência; e o sistema internacional é totalmente distinto e muito mais complexo do que era durante a Guerra Fria. A China é o grande competidor dos EUA e o maior desafio à ordem liberal, mas nem “bipolarização” nem “competição geopolítica” configuram uma segunda Guerra Fria. Nem tampouco o conflito é “inevitável” como alguns profetizam (Mearsheimer, 2021). Apesar de haver certas similitudes entre a situação atual e situações do passado – não só da Guerra Fria, mas também das vésperas da Primeira Guerra Mundial e do período entre Guerras Mundiais, para não recuar mais na História –, não devemos caracterizar as realidades atuais e mais complexas utilizando um conceito que remete para um período concreto e uma realidade distinta ultrapassados.

Por outro lado, o mundo está cada vez mais dividido, mas não exatamente entre “Democracias e Autocracias” (Leonard, 2023; Ashford e Cooper, 2023), conforme descreve muita da narrativa ocidental nem entre as “duas opções opostas” nos termos descritos por Pequim. O verdadeiro confronto é entre diferentes modelos de ordem internacional oferecidos pelos EUA/Ocidente e pela China. E é largamente desse confronto que resulta uma maior divisão do mundo e a transformação em curso da ordem mundial.

Como temos referido, a ordem liberal mundializada proporcionou condições de segurança, estabilidade e desenvolvimento e ainda princípios e valores de liberalismo económico e comércio livre, segurança cooperativa e coletiva, regras e instituições sem os quais as políticas da “Era da Reforma” não poderiam ter proporcionado o crescimento e a modernização que transformaram a China. Além disso, o regime chinês advoga os “direitos humanos” e a “democracia que funciona” (PRC, 2021c), mas numa interpretação própria e distinta dos termos liberais e defendendo que as conceções de uns não devem ser impostas a outros (Dawi, 2023). Paralelamente, sendo construída sobre a denominada “ordem vestefaliana”, a ordem liberal cooptou dessa certos princípios e normas de soberania, integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos dos Estados, todos consistentes com as preferências expressas por Pequim. O que significa que, pelo menos por enquanto, a China não tem interesse nem pretende subverter todos os aspetos e dimensões da ordem mundial existente. Contudo, ao mesmo tempo, muitos elementos desta ordem mundial são dominados e influenciados por valores e normas liberais preferidos e defendidos pelo “Ocidente” e que, por serem opostos à ideologia e aos interesses do PCC, o Partido e a China rejeitam que sejam universais ou que devam ser perpetuados como princípios fundamentais da política internacional. Daí que certos valores e regras inerentes à ordem liberal estejam em crescente tensão com o PCC e o seu objetivo de garantir que a China tenha um papel central na reformulação do sistema de governação global – objetivos e ideias que os EUA e seus aliados não conseguirão suprimir completamente.

Ou seja, as duas ordens internacionais, a liberal e a correspondente à “visão chinesa”, podem coexistir e coexistem de facto (Hosoya e Kundnani, 2023), e diferentes países e sociedades podem convergir ou divergir sobre aspetos das mesmas. Assim, um primeiro impacto sobre a ordem mundial resultante da ascensão da China à categoria de superpotência e da sua promoção de uma ordem reformulada é um certo recuo da ordem liberal liderada pelos EUA e um certo avanço da alternativa “ordem com características chinesas” liderada pelo PCC - transformando a ordem mundial em que, para já, vão coexistindo duas ordens internacionais distintas, ainda que “desconfortavelmente”.

Esta situação é bastante dinâmica e volátil, acarretando muitos riscos para o mundo, ainda por cima, num sistema tremendamente complexo e com muitas variáveis que nem Washington nem Pequim controlam inteiramente. E, por exemplo, eventos no

ano de 2024, como as eleições em Taiwan em janeiro, e as eleições presidenciais nos EUA, em novembro, podem acirrar certas escaladas e maiores perigos de sequência imprevisível. Por essa consciência – e também porque, pela primeira vez desde que chegou ao poder, Xi Jinping está numa posição de relativa vulnerabilidade pelas dificuldades presentes da economia chinesa –, o presidente chinês acedeu aos sucessivos apelos da Administração Biden no sentido de um certo “apaziguamento”, deslocando-se à Califórnia no âmbito de uma Cimeira da APEC e à margem da qual teve, em 15 de novembro de 2023, uma prolongada reunião de quatro horas com o presidente americano – naquela que foi a primeira viagem de Xi aos EUA desde 2017, e a segunda reunião presencial entre ambos desde que Biden assumiu a presidência dos EUA, em janeiro de 2021. Dos resultados desta Cimeira Biden-Xi sobressaem a retoma das comunicações militares, a renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica bilateral, o novo grupo de trabalho sobre antinarcóticos – o opioide fentanil produzido na China, está a ter um efeito devastador nos EUA –, o novo mecanismo de diálogo sobre segurança da inteligência artificial e a colaboração nos esforços globais para reduzir emissões poluentes e triplicar as energias renováveis até 2030. Estados Unidos e China não ultrapassaram as muitas e profundas divergências, mas ambas as partes consideraram a cimeira construtiva – e nem o facto de Biden ter novamente dito que Xi é um “ditador” perturbou o *élan* positivo. Na realidade, esta Cimeira traduz uma vontade mútua de “articulação preventiva” perante os perigos de confrontação e de “competição responsável” para benefício de ambos e do mundo.

Em segundo lugar, na sua contestação à ordem liberal mundializada, a BRI, as três iniciativas globais e muitas das ações da China, ao contrário do que Pequim apregoa, dividem mais do que unem o mundo e produzem mais desordem do que ordem mundial. Por exemplo, a utilização por Pequim da Iniciativa Faixa e Rota para proveitos geopolíticos e geoestratégicos levou outros grandes atores internacionais a lançarem iniciativas concorrentes: em 2016, a Índia e o Japão apresentaram o Corredor de Crescimento Ásia-África; em 2019, os Estados Unidos, a Austrália e o Japão avançaram com a *Blue Dot Network*; em 2021, o G7 lançou a iniciativa *Build Back Better World*, juntamente com um fundo de investimento designado Parceria para Infraestruturas e Investimentos Globais, enquanto a União Europeia criou a *Global Gateway*. Mais recentemente, em 9 e 10 de setembro 2023, à margem da Cimeira do G20 na Índia – onde Xi não compareceu –, EUA, Índia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Alemanha, França, Itália e UE firmaram um memorando de entendimento para a criação do “Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa”, megaprojeto de ferrovias, portos e ligações energéticas e digitais alternativo à Rota da Seda chinesa.

A verdade é que a China parece estar a fazer tudo o que pode para promover um mundo mais fragmentado. Desde logo, promove-se a si mesma como modelo, representante

e porta-voz dos “países em desenvolvimento” que querem ter uma palavra maior a dizer nos destinos da política internacional, em regra, contra os “países desenvolvidos”. Essa mensagem corresponde, subliminarmente, à transposição pelo PCC da visão maoísta do avanço e cerco dos “campos contra as cidades”, “periferia contra o centro” e “proletariado contra a burguesia” - claro, sob a liderança do Partido/China. Por outro lado, por muito que Pequim apregoe que a sua visão de ordem mundial e as suas iniciativas globais são “inclusivas”, “contra ninguém”, em “benefício da Humanidade” e numa lógica de “ganhos mútuos”, é evidente que transportam objetivos geopolíticos “contra” os seus adversários, em particular, Estados Unidos. A retórica de Pequim sobre a ordem mundial apela à centralidade das Nações Unidas e ao “multilateralismo verdadeiro”, mas à crescente influência da China corresponde uma ONU mais dividida – como revelam, por exemplo, o relativo bloqueio no Conselho de Segurança, incluindo pelo veto ou ameaça de veto da China, e a polarização patente em muitas das resoluções da Assembleia-Geral e das votações no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Paralelamente, Pequim dá sinais claros de preferência pela sua própria arquitetura multilateral alternativa, como o BRICS+ e o seu Novo Banco de Desenvolvimento, o AIIB e o Fundo Rota da Seda ou a Organização de Cooperação de Xangai, o que, na prática, mina e fragiliza o “sistema ONUiano” e a sua autoridade.

A China surge, frequentemente, ao lado e em apoio dos que desrespeitam as regras internacionais estabelecidas, contribuindo muita da sua ação para que a ONU deixe impunes aqueles que violam a Carta das Nações Unidas, os direitos humanos e outros regimes e convenções internacionais. Mais do que isso, ela própria, por um lado, é seletiva em relação às regras que assume – vinculando-se àquelas que em nada limitam a sua soberania e/ou lhe permitam reclamar a não ingerência nos “seus” assuntos internos – e, por outro, desrespeita as regras a que formalmente adere quando necessário em função dos seus interesses, como exemplifica a postura de Pequim relativamente à UNCLOS e à decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem envolvendo as suas pretensões no Mar do Sul da China.

Por outro lado, e como se não bastasse apoiar Estados agressores e ameaçar os seus vizinhos, Pequim abriu uma “caixa de pandora” com a proclamação das indefinidas “preocupações legítimas de segurança” ao tentar justificar a invasão russa da Ucrânia, pondo em causa, assim, regras e princípios basilares da política e convivência internacionais como o respeito pela soberania e integridade territorial. Ou seja, na prática, a ordem mundial com características chinesas resulta naquilo de que Pequim acusa os defensores da ordem liberal (às vezes, com razão): “eu e os meus podermos fazer a outros aquilo que digo para não fazerem a mim e aos meus”. Como é evidente, tudo isto significa mais “desordem” do que ordem mundial (Bequelin, 2023).

Também nesta linha está um terceiro grande impacto da ressurgência da China na ordem mundial: a maior ousadia e margem de manobra das autocracias. O “círculo

de amigos” de Pequim são tanto autocracias como democracias, países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e aliados e adversários dos EUA, com as vantagens daí decorrentes para a China que faz de todos parceiros produtivos. E para muitos governos, o que a China oferece é uma alternativa económica, política e de segurança, designadamente, para os que querem aliviar ou escapar a determinadas pressões do “Ocidente” que, umas vezes, condiciona as interações e a cooperação à adesão a um conjunto de valores e de regras e, outras vezes, sanciona, ameaça ou mesmo intervém quando certas regras fundamentais são violadas, enquanto que, em contraponto, a abordagem chinesa é definida por uma postura pragmática de “viver e deixar viver” (McCarthy, 2023). O resultado disto é um leque alargado de opções em que as lideranças políticas, em função dos respetivos interesses, podem escolher parceiros, regras e instituições.

A questão é que a abordagem chinesa favorece os regimes autocráticos. Tal como a China, as outras autocracias são hostis aos princípios, valores e regras inerentes à ordem liberal, designadamente, às conceções de democracia e de direitos humanos ditos “ocidentais”, ao sistema de segurança “americano” e aos próprios EUA/Ocidente com quem estão em permanente tensão e confrontação. Por seu lado, Pequim tem interesse em apoiar os regimes autocráticos na sua própria competição com os EUA e no seu intento de reformular a ordem mundial. E, de facto, da Rússia de Putin à Coreia do Norte dos Kim, passando por Venezuela, Cuba, Irão, Síria, Sudão, Tanzânia, Myanmar, Afeganistão Talibã e muitos outros regimes, “juntas militares golpistas” e líderes autocráticos, Pequim vem legitimando-os politicamente, travando novas sanções na ONU contra eles, boicotando ou encontrando formas de aliviar sanções internacionais, fazendo negócios, vendendo-lhes armamentos e, em alguns casos, sustentando-os e fazendo exercícios militares conjuntos. Assim, aproveitando o apoio e respaldo da China, as lideranças autocráticas sentem-se crescentemente impunes para violar regras estabelecidas e atentar contra a ordem vigente, sendo cada vez mais ousadas. É um mundo em que as autocracias têm tanta legitimidade como as democracias, a soberania é exercida à custa das liberdades individuais, e a defesa dos direitos humanos, da democracia, do Estado de direito, das minorias ou das liberdades de expressão, informação e religiosa é considerada uma “atividade subversiva” e/ou uma intrusão inaceitável nos assuntos internos. É um mundo complacente com a agressão e a conquista do território de outros, com sucessivos testes de mísseis ameaçando outros Estados soberanos ou com a criação de “eixos de resistência” violentos contra adversários regionais e globais. É um mundo que não reconhece os valores universais enquanto tal, contestando-os e despojando-os da governação global. Este é o mundo que muitas autocracias apreciam e promovem, com a cobertura de Pequim.

A ordem mundial depende do que os principais atores fazem dela. E se a ordem liberal procura criar “um mundo seguro para a Democracia”, parafraseando o presidente

Woodrow Wilson, a “ordem com características chinesas” está a criar um mundo mais seguro para a Autocracia – afinal de contas, é o que a China é.

Referências

- Aguirre, Mariano, 2023. *Guerra Fria 2.0. Chaves para Entender a Nova Política Internacional* (edição portuguesa). Lisboa: OBSERVARE-UAL.
- Al Jazeera, 2023. China's Xi tells Putin of 'changes not seen for 100 years'. *Al Jazeera* [em linha], 22 de março. (consultado em 04.12.2023) Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/3/22/xi-tells-putin-of-changes-not-seen-for-100>
- Artner, A. e Yin, Zhiguang, 2023. Towards a non-hegemonic world order – emancipation and political agency of the Global South in a changing world order. *Third World Quarterly*, vol. 44, n.º 10, pp. 2193-2207.
- Ash, T. G., Krastev, I., e Leonard, M., 2023. Living in an à la carte world: What European policymakers should learn from global public opinion. *Policy Brief*, 15 November, European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Ashford, Emma e Cooper, Evan, 2023. Assumption Testing: Multipolarity is more dangerous than bipolarity for the United States. *Policy Paper*, 2 October, The Stimson Center. Disponível em: <https://www.stimson.org/2023/assumption-testing-multipolarity-is-more-dangerous-than-bipolarity-for-the-united-states/>
- Australian Government, 2023. *National Defence: Defence Strategic Review 2023*, April. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/reviews-inquiries/defence-strategic-review>
- Bequelin, Nicholas, 2023. Can China Really Build a New World Order? *The Diplomat* [em linha], September 28. (consultado em 25.11.2023) Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/09/can-china-really-build-a-new-world-order/>
- Blinken, Antony, 2023. The Power and Purpose of American Diplomacy in a New Era. *U. S. Department of State* [em linha], September 13. Remarks to the Johns Hopkins School of Advanced International Studies (SAIS), Washington. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-remarks-to-the-johns-hopkins-school-of-advanced-international-studies-sais-the-power-and-purpose-of-american-diplomacy-in-a-new-era/>
- Brands, Hal e Gaddis, John Lewis, 2021. The New Cold War: America, China, and the Echoes of History. *Foreign Affairs*, November/December.
- Condon, Bernard, 2023. China's loans pushing world's poorest countries to brink of collapse. *Associated Press* [em linha], May 18. (consultado em 01.12.2023) Disponível em: <https://apnews.com/article/china-debt-banking-loans-financial-developing-countries-collapse-8df6f9fac3e1e758d0e6d8d5dfbd3ed6>
- Dawi, Akmal, 2023. US, China Lay Out Vision for New World Order Amid Human Rights Differences. *VOA News* [em linha], September 14. (consultado em 28.11.2023) Disponível em: <https://www.voanews.com/a/us-china-lay-out-vision-for-new-world-order-amid-human-rights-differences-/7269006.html>

- Doshi, Rush, 2021. *The Long Game: China’s Grand Strategy to Displace American Order*. Oxford University Press.
- Duarte, P., Leandro, F., e Galán, E., eds., 2023. *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: the Case of the Belt and Road Initiative*. Palgrave Macmillan.
- Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC), 2018. Beijing Declaration – Toward an Even Stronger China-Africa Community with a Shared Future. FOCAC [em linha], Beijing, September 12. Disponível em: http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/201809/t20180912_8079765.htm
- Garcia, Arturo Oropeza, coord., 2020. *China: The Belt and Road Initiative, A Global Transformation*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Gaspar, Carlos, 2023a. A China e a Guerra Russo-Ucraniana. *Nação e Defesa*, n.º 165, pp. 81-98.
- Gaspar, Carlos, 2023b. A China, a Rússia e a Reinvenção da Eurásia. *Janus.net, e-journal of international relations* [em linha], vol. 14, n.º 2 (consultado em 03.12.2023) DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.2.1>
- Hosoya, Yuichi e Kundnani, Hans, eds., 2023. *The Transformation of the Liberal International Order: Evolutions and Limitations*. Springer.
- Kelter, Frederik, 2023. Living the ‘Chinese Dream’: Beijing’s new world order. *Al Jazeera* [em linha], 6 Jun. (consultado em 21.11.2023) Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/6/6/living-the-chinese-dream-beijings-new-world-order>
- Koda, Yoji, 2021. China, Wolf Warrior Diplomacy and Taiwan. *The Diplomat* [em linha], September. (consultado em 21.10.2023) Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/09/china-wolf-warrior-diplomacy-and-taiwan/>
- Leonard, Mark, 2023. Xi Jinping’s idea of world order. *Commentary*, 5 April, European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Leyen, Ursula von der, 2023. Speech by President von der Leyen on EU-China relations to the Mercator Institute for China Studies and the European Policy Centre. *European Commission* [em linha], 30 March. (consultado em 02.12.2023) Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_23_2063
- Li Xi, 2023. Working Together for Stronger Solidarity, Greater Development, and Closer South-South Cooperation. *Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China* [em linha]. Remarks by Li Xi at Summit of the Group of 77 and China, Havana, 15 September. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202309/t20230916_11144052.html
- McCarthy, Simone, 2023. China has a sweeping vision to reshape the world – and countries are listening. *CNN* [em linha], November 10. (consultado em 30.11.2023) Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/11/09/china/china-xi-jinping-world-order-intl-hnk/index.html>
- Mearsheimer, John J., 2021. The Inevitable Rivalry. America, China, and the Tragedy of Great-Power Politics. *Foreign Affairs*, November/December.
- Meisel, C. J., Petry, C. L.; Moyer, J. D. e Burrows, M. J., 2023. Spheres of Influence in the Coming Decades: Four Alternative Scenarios. *Report*, May, The Stimson Center. Disponível em: https://www.stimson.org/wp-content/uploads/2023/05/Spheres-of-Influence-Report_5.22.23_Pages.pdf
-

- People's Republic of China (PRC), 2016. China Adheres to the Position of Settling Through Negotiation the Relevant Disputes Between China and the Philippines in the South China Sea. *White Paper*, July 13, The State Council Information Office of the People's Republic of China. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/2016-07/13/content_40535895_6.htm
- People's Republic of China (PRC), 2019. *China and the World in the New Era*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, September.
- People's Republic of China (PRC), 2021a. *China's International Development Cooperation in the New Era*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, January.
- People's Republic of China (PRC), 2021b. *China's Epic Journey from Poverty to Prosperity*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, September.
- People's Republic of China (PRC), 2021c. *China: Democracy That Works*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, December.
- People's Republic of China (PRC), 2023a. *The Global Security Initiative Concept Paper*. Beijing, 21 February.
- People's Republic of China (PRC), 2023b. *China's Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis*, 24 February.
- People's Republic of China (PRC), 2023c. *A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, 26 September.
- People's Republic of China (PRC). *Belt and Road Portal* [website] (consultado em 05.12.2023) Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/>
- People's Republic of China (PRC). *Ministry of Commerce, People's Republic of China* [webpage], China FTA Network. (consultado em 03.12.2023) Disponível em: <http://fta.mofcom.gov.cn/topic/enpacific.shtml>
- Permanent Court of Arbitration (PCA), 2016. *PCA Case No. 2013-19 in the matter of the South China Sea Arbitration*, 12 July 2016. PCA [em linha]. (consultado em 25.11.2023) Disponível em: <https://pcacases.com/web/sendAttach/2086>
- Reuters, 2023a. Putin says Chinese proposal could be basis for peace in Ukraine. *Reuters* [em linha], March 21. (consultado em 26.11.2023) Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/russia-wants-chinese-business-replace-western-firms-putin-tells-xi-2023-03-21/>
- Reuters, 2023b. China-Russia trade hits \$218 bln in Jan-Nov, completing goal planned to reach in 2024. *Reuters* [em linha], December 7. (consultado em 08.12.2023) Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/china-russia-trade-hits-218-bln-jan-nov-completing-goal-planned-reach-2024-2023-12-07/>
- Russia Briefing, 2023. *Russian-Chinese Economic Relations and Belt & Road Initiative Investments*, 18 October 2023. Em linha (consultado em 08.12.2023) Disponível em: <https://www.russia-briefing.com/news/russian-chinese-economic-relations-and-belt-road-initiative-investments.html/>
- Shuman, M., Fulton, J. e Gering, T., 2023. How Beijing's newest global initiatives seek to remake the world order. *Issue Brief*, June 21, Atlantic Council. (consultado em 02.12.2023)

- Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/how-beijings-newest-global-initiatives-seek-to-remake-the-world-order/>
- The White House, 2022. *National Security Strategy*, October, Washington. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>
- Tomé, Luis, 2021a. Mares da China: disputas e dilemas à luz da ressurgência chinesa, in *Academia da Marinha: Memórias 2020*, Vol. L. Lisboa: Edições da Academia da Marinha, pp. 155-180.
- Tomé, Luis, 2021b. A Grande Estratégia da China de Xi Jinping: objetivos, poder nacional abrangente e políticas. *R.I Relações Internacionais*, 71, pp. 105-134.
- Tomé, Luis, 2021c. Construção e Desconstrução da Ordem Internacional Liberal. *Janus.net, e-journal of international relations*, 200 anos depois da Revolução (1820- 2020), vol. 12, n.º 2, dezembro, pp. 87-118. (consultado em 20.11.2023) DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0121.6>
- Tomé, Luis, 2023a. The BRI in Xi’s China ‘Grand Strategy’: an instrument to restore Chinese centrality in a New Era, in F. Leandro, P. Duarte and E. Galán, eds., *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: the case of the Belt and Road Initiative*. Palgrave Macmillan, pp. 67-90.
- Tomé, Luis, 2023b. As diferentes formas de construir o ‘socialismo com características chinesas’ – de Deng a Xi, in Xulio Ríos e Jorge Tavares da Silva, coord., *Chibérica: Visões Ibéricas da China Contemporânea* (edições em português e espanhol). Madrid: Editorial Popular, pp. 43-66.
- Weijiang, Feng, 2023. The Theoretical Foundation of the Global Security Initiative – The Holistic View of National Security. *CSIS Interpret: China*, original work published on June 16, 2022. (consultado em 01.12.2023) Disponível em: <https://interpret.csis.org/translations/the-theoretical-foundation-of-the-global-security-initiative-the-holistic-view-of-national-security/>
- Xi Jinping, 2017. *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*. Speech delivered at the 19th National Congress of the Communist Party of China, 18 October.
- Xi Jinping, 2019. *On building a Human Community with a Shared Future*. Beijing, China: Central Compilation & Translation Press.
- Xi Jinping, 2021a. *Speech at the Opening Ceremony of the Seminar on Learning and Implementing the Spirit of the Fifth Plenary Session of the 19th Central Committee of the Party*. 11 January.
- Xi Jinping, 2021b. *Bolstering Confidence and Jointly Overcoming Difficulties to Build a Better World*. Statement at the General Debate of the 76th Session of the United Nations General Assembly, 21 September.
- Xi Jinping, 2022. *Rising to Challenges and Building a Bright Future Through Cooperation*. Keynote speech via video at the opening ceremony of the Boao Forum for Asia Annual Conference, 21 April.
- Xi Jinping, 2023a. *Join Hands on the Path Towards Modernization*. Keynote Speech at the CPC in Dialogue with World Political Parties High-level Meeting. Beijing, 15 March.
-

- Xi Jinping, 2023b. *Building an Open, Inclusive and Interconnected World For Common Development*. Keynote speech at the Opening Ceremony of the Third Belt and Road Forum for International Cooperation. Beijing, 18 October.
- Ying, Fu, 2016. Speech by the Chairwoman of the Foreign Affairs Committee of the Chinese National People's Congress at the 52nd Munich Security Conference. *Münchener Sicherheitskonferenz*, 13 February. Disponível em: <https://securityconference.org/en/medialibrary/asset/fu-ying-1725-13-02-2016/>
- Zhu, Zhiqun, 2021. Interpreting China's 'Wolf-Warrior Diplomacy'. *The Diplomat* [em linha], May 15. (consultado em 26.11.2023) Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/05/interpreting-chinas-wolf-warrior-diplomacy/>